

Marxismo contra ciência: considerações sobre o positivismo lógico vienense, racionalismo crítico popperiano e o historicismo kuhniano a partir da teoria revolucionária

Rubens Vinícius da Silva *

Introdução

O presente trabalho pretende dar continuidade à análise crítica e radical realizada no sentido de denunciar alguns dos principais representantes intelectuais da Epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento. Num primeiro momento, delimitaremos o objeto de estudo da disciplina. A partir daí, nos dedicaremos a sintetizar de modo breve as concepções de três das modalidades famosas da epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento: positivismo lógico, racionalismo crítico, historicismo kuhniano.

Após, efetuaremos uma digressão sobre a relação havida entre o desenvolvimento da sociedade moderna e o surgimento da Sociologia e demais Ciências Sociais. Ademais, evidenciaremos como se deram as determinações histórico-sociais que forneceram as condições de possibilidade para a consolidação do pensamento científico como hegemônico no seio da modernidade, apontando seus vínculos com as demais formas de pensamento complexo, relação com as representações cotidianas e com o aumento do processo de divisão social do trabalho.

Por último, à guisa de considerações finais, exporemos nossa tese central, segundo a qual as discussões em torno do que pode ser considerado científico ou não-científico fazem parte do arcabouço ideológico, justificando determinada postura de classe, além de ser a manifestação dos interesses específicos da intelectualidade enquanto classe social auxiliar da burguesia.

O aprofundamento da divisão capitalista do trabalho intelectual proporciona o aumento da especialização. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da ciência faz com que esta passa a se dividir em diversos ramos, os quais se dedicam ao estudo de fenômenos sociais mais específicos. No caso concreto da epistemologia (considerada a teoria da ciência, a teoria do conhecimento, a ciência da ciência, entre outras definições) o seu objeto de estudo é bastante delimitado. Trata-se da demarcação entre os conhecimentos que podem ser

* Bacharel em Direito pela Uniasselvi/FAMEBLU. Licenciando em Ciências Sociais da FURB – Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina. Mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

considerados científicos e aqueles que não podem ser assim definidos. Esta separação entre ciência e outras formas de representação da realidade social tem seu fundamento na questão metodológica. A característica básica do conhecimento científico é o uso do método que lhe é específico, ou seja, a utilização do método científico como instrumento para análise e compreensão dos fenômenos sociais.

Assim, é possível dizer que há diversas formas de delimitar as fronteiras entre a ciência e a não ciência. Dentro das discussões acerca dos conhecimentos produzidos que possuem o estatuto de científicos, há diversas tradições que se confrontam. Nos limites deste trabalho, apresentaremos as chamadas concepções estáticas da ciência, representadas pelas tradições do positivismo lógico e do racionalismo crítico. De outro, uma das tradições dinâmicas da ciência, expressa pelo historicismo de Thomas Kuhn.

A partir de agora, iremos nos debruçar de modo breve sobre cada destas formas de pensamento complexo, buscando sintetizar seus programas tendo como fio condutor considerações acerca do contexto social e histórico, o qual forneceu as condições materiais que tornaram possível o desenvolvimento das referidas tradições intelectuais.

2. Modalidades epistemológicas das ciências sociais

2.1 Positivismo lógico

O positivismo lógico (também denominado empirismo lógico ou neopositivismo) é a primeira expressão das tradições estáticas da epistemologia das Ciências Sociais. Surgido no início do século passado em reação à filosofia idealista e especulativa, forma dominante do pensamento complexo nas universidades alemãs, seu desenvolvimento intelectual é creditado ao Círculo de Viena, a partir das contribuições esboçadas pelo pensamento empírico tradicional e também pela lógica moderna.

O Círculo de Viena era um grupo de discussão, constituído em sua grande maioria por filósofos e cientistas. O positivismo lógico é produto direto da sociedade vienense, que se encontrava em crise, com o avanço das relações de produção capitalistas e o declínio do Império Austro-húngaro. Durante a segunda metade do século XIX, Viena se caracterizava pelo liberalismo como orientação política dominante. As ideias do Iluminismo e o utilitarismo, além do movimento do chamado “livre comércio” iniciado na Inglaterra eram as principais influências de uma das capitais (ao lado de Budapeste, hoje capital da Hungria) do Império Austro-húngaro. Foi neste contexto que se desenvolveram as ideias dos

pensadores que integravam o Círculo de Viena. Dentre eles, podemos destacar Moritz Schlick (principal articulador do Círculo), Rudolf Carnap e Otto Neurath (PEPE, 1999).

O objetivo destes pensadores era criar uma nova forma de pensamento complexo, que conseguisse dar cabo da seguinte tarefa: efetuar uma filosofia da ciência, com base numa rigorosa demarcação entre o científico e o não científico. A grande influência do grupo foi Ludwig Wittgenstein e sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*. A partir das leituras e de discussões em torno deste livro, surgiram as preocupações que serviram para a constituição do positivismo lógico.

O real interesse dos adeptos do Círculo de Viena era divulgar uma nova concepção científica do mundo, caracterizada principalmente pela constituição de uma ciência unificada, que reunisse todos os conhecimentos produzidos pelas distintas ciências. Além disso, havia a preocupação em eliminar a metafísica da estrutura do pensamento racional, uma vez que não é possível ascender ao conhecimento daquilo que está além da experiência. Os recursos utilizados foram o princípio do verificacionismo, bem como a definição de conhecimentos em analítico e sintético. O princípio de verificação parte da assertiva de que é científico apenas o que pode ser verificado e/ou testado empiricamente, ou seja, através da experiência (PEPE, 1999).

Um dos eixos que articulava os representantes do positivismo lógico era a importância dada à linguística (linguagem) como fundamento puro da experiência material. Era necessário estabelecer uma linguagem científica, que fosse capaz de unificar os pressupostos para distinguir as formas de conhecimento assim consideradas. Para esta tradição, o equívoco residia justamente na linguagem que se expressa de forma defeituosa e não necessariamente na ordem das coisas elencadas através dela (PEPE, 1999).

A intenção do Círculo de Viena era encontrar a verdadeira concepção do mundo: a verdade concreta. Como se proceder para chegar a tal conclusão? Através da utilização do método científico, o único modo de encontrar a realidade. O procedimento adotado era o método indutivo: a partir de diversos casos particulares, poder-se-ia chegar, por meio de um procedimento indutivo, aos conceitos universais, com os quais seriam criadas as teorias. De acordo com Dunia Pepe:

Em suma, entre os interesses fundamentais dos neopositivistas estava a tentativa de traduzir na prática da vida social os significados e as implicações da reviravolta teórica realizada; as concepções por eles definidas no âmbito da epistemologia deveriam penetrar em todos os campos da vida pública e privada; a arte, a educação, a arquitetura deveriam intervir na esfera econômico-política, fazer as

funções de instrumentos operacionais para a mudança da vida dos homens e da sociedade. (PEPE, op.cit. p. 213).

Durante a década de trinta se deram o ápice e o óbice do Círculo. A partir de 1929, o positivismo lógico começou a ser reconhecido ao redor do mundo. Possuía diversos adeptos, dentre os quais cientistas e filósofos escandinavos, polcas, britânicos e estadunidenses. Na Alemanha formou-se o Círculo de Berlim, sendo liderado por Hans Reichenbach, numa resposta intelectual à metafísica hegeliana, que ainda era hegemônica e dominante na filosofia alemã.

No final dos anos 30, os membros do Círculo de Viena acabam por se dispersar, devido à morte de Schlick (assassinado em 1936 pelos nazistas) e à ascensão do nazismo. Após a Segunda Guerra, os pressupostos do positivismo lógico passaram a ser cada vez mais atacados, caindo em decadência total por volta dos anos 60. Dentre os pensadores que fizeram sua crítica, podemos destacar o nome de Karl Popper, que será analisado no tópico a seguir.

2.2 Racionalismo crítico

A segunda expressão das tradições estáticas da epistemologia da ciência é o racionalismo crítico, o qual encontra sua expressão máxima no pensamento de Karl Popper. Nascido na Alemanha, Popper foi contemporâneo dos membros do Círculo de Viena, possuindo relações próximas com muitos de seus membros. Nos anos 30, por conta da ascensão do nazismo, muda-se para a Nova Zelândia. Uma década depois fixa residência na Inglaterra e lá permanece até sua morte em 1994. Recebe o devido reconhecimento acadêmico e o título de Sir, concedido pela Rainha Elizabeth II. Popper foi grande defensor das democracias liberais e um crítico contumaz dos regimes totalitários.

Este pensador teceu diversas críticas ao positivismo lógico, em especial à questão metodológica, expressa na crítica ao método indutivo, posicionando-se radicalmente contra este. Ele se pergunta sobre a validade da indução, a partir os seguintes questionamentos: Qual a justificação para a crença que o futuro será igual ao passado?

Qual a justificativa para as inferências indutivas? Embora fosse adepto do racionalismo, Karl Popper não compactuava com a perspectiva dominante no seio desta corrente de pensamento (em especial na sua vertente conhecida como realismo científico), segundo a qual se encontraria uma verdade absoluta como estabelecimento de melhores teorias experimentais que dariam origem aos problemas mais profundos e inesperados.

De acordo com Popper, as observações não dão conta de provar que uma determinada teoria é falsa ou verdadeira, se pode ou não ser refutada. Os critérios de demarcação entre ciência e não ciência não se resumem à observação empírica dos fatos acessíveis à experiência imediata. Para ele, a produção do conhecimento era o que distinguia o ser humano dos demais animais, sendo um produto característico de sua atividade. Devemos consumir, criticar e mudar as teorias que produzimos. Somente assim podemos substituí-las por outras, melhores e mais avançadas (POPPER, 1985).

Para sistematizar sua crítica ao positivismo lógico, Popper irá desenvolver o princípio da falsificação: quanto mais proibitiva for uma teoria, mais condições de ser considerada científica. Neste sentido, o autor reforça que as teorias não são desenvolvidas na busca pela solução de um problema. Ao contrário, estas visam gerar novos problemas e, por conseguinte, novas soluções e assim por diante. A lógica do pensamento popperiano a respeito deste tema pode ser assim resumida: Problema -> Teoria Experimental -> Eliminação de Erro -> Novo problema (POPPER, 1985).

Ao contrário do verificacionismo, a proposta de Popper se funda no “falsificacionismo”. Este seria o critério de demarcação entre aquilo que pode ser considerado ciência e não ciência. Para o autor, somente é científico aquilo que for passível de falsificação, o que se processa a nível metodológico: consiste em recolher elementos que possam contestar determinada teoria. Uma teoria científica só merece este estatuto se for submetida a testes que visem contestá-la na tentativa de refutá-la. Quanto mais a teoria consiga resistir às tendências do princípio da falsificação, mais ela será corroborável. Assim, temos que a falsificação é a introdução de testes que verificam a validade de uma teoria (POPPER, 1985).

Assim, temos a inversão da lógica positivista, muito embora não haja sua recusa radical, uma vez que o próprio autor, em que pese tenha negado sua filiação ao positivismo, em diversos momentos de sua vida e obra se arvora nos pressupostos desta tradição epistemológica. Ao invés de partir dos critérios baseados na verificação empírica para demarcar a fronteira existente entre ciência e não ciência, Popper na obra *Conjeturas e Refutações* irá desenvolver a seguinte síntese:

(...) Toda teoria científica “boa” é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais uma teoria proíbe, melhor ela é. (...) A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício.
(...) Todo teste genuíno de uma teoria é uma tentativa de refutá-la. A possibilidade

de demonstrar que é falsa. Há, porém, diferentes graus na capacidade de se testar uma teoria: algumas são mais “testáveis”, mais expostas à refutação do que outras: correm, por assim dizer, maiores riscos. (...) Pode-se dizer, resumidamente, que o critério que define o *status* científico de uma teoria é sua capacidade de ser refutada ou testada. (POPPER, 1985, p. 66).

Desta forma, temos como fundamental a necessidade de ser progressista. A teoria é progressiva se nossa discussão mostra que esta realmente efetua alguma diferença relativa ao problema que se propõe resolução. Popper irá defender que as teorias devem ser ofertadas como soluções para problemas de ordem científica. Um problema descoberto dentro do assim chamado “reino dos problemas e soluções”, no que tange ao conhecimento científico, pertence assim à tradição científica (POPPER, 1985).

Assim, temos mais uma tentativa de redução científica, desta vez proposta por Karl Popper. Para o autor tal procedimento tende a ser benéfico, uma vez que se trata de um processo no qual aprendemos a compreender e explicar as teorias a respeito do campo científico a ser reduzido. Com isso, aprendemos muito acerca das teorias redutoras. De outro modo, a redução científica má ocorre quando simplesmente corta-se um campo que não é passível de ser reduzido, com o único objetivo de facilitar o objeto a ser estudado.

Popper irá dizer que toda ciência e toda filosofia podem ser compreendidas como uma espécie de “senso comum esclarecido”. Neste sentido, faz-se uma importante relação entre o chamado “senso comum” e a crítica (expressa pela ciência): o ponto de partida da análise é o “senso comum”; ao passo que o grande instrumento para progredir e avançar é a crítica, em especial aquela baseada em pressupostos científicos, os quais resistam a todas as espécies refutação ou proibição (POPPER, 1985).

O método e as ideias defendidas por Karl Popper foram alvo de diversas críticas a partir das mais variadas perspectivas. Dentre elas destaca-se a limitação derivada do caráter linear do modelo quádruplo da ciência. Sobretudo a partir da década de 60, teve na figura de Thomas Kuhn um de seus maiores opositores. É sobre este autor que dedicaremos o próximo tópico do texto.

2.3 Historicismo kuhniano

Thomas Kuhn nasceu em Cincinatti, no estado de Ohio (EUA) no ano de 1922, vindo a falecer no ano de 1996 em Cambridge, Massachussets. Diferentemente dos demais pensadores aqui descritos, Kuhn era físico. Nos anos 40 sua trajetória intelectual na

Universidade de Harvard em Cambridge (onde fez mestrado e doutorado em Física, passando nela a lecionar no ano de 1949) foi decisiva para os seus estudos.

Conforme dito, foi em Harvard que Kuhn iniciou a lecionar. Lá trabalhou com a disciplina de Ciências para os cursos de Ciências Humanas, cuja grade se fundava nos casos mais famosos da história da ciência, obrigando o cientista natural a estudar com o tema. Em 1956, transfere para a Universidade de Berkeley na Califórnia, onde leciona história da ciência, efetivando-se nesta cadeira em 1961. Um ano depois escreve sua grande obra, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Este pensador inaugura as tradições dinâmicas da epistemologia das Ciências Sociais.

Neste trabalho o esforço intelectual e metodológico de Thomas Kuhn é fornecer uma teoria mais coerente com a situação histórica tal como ele a concebia, situada nos EUA pós-guerra, marcado pela intensificação do processo de institucionalização das Ciências Sociais. Em seus estudos, ele veio a se dar conta de que as tradições epistemológicas da ciência (o método indutivo e o método dedutivo; dito de outra forma, a polêmica entre verificacionismo e falsificacionismo como critério único válido para demarcar o que pode e o que não pode ser considerado científico) não resistiam ao minucioso estudo dos casos históricos (CHALMERS, 1993).

Sua produção intelectual era contemporânea a de Karl Popper. Kuhn se insurge de modo categórico contra o princípio do falsificacionismo, defendido pelos adeptos do racionalismo crítico popperiano. Em Popper temos a defesa da tese segundo a qual o cientista, ao provar o estatuto de sua produção intelectual nestes termos, estaria isento de toda forma de crítica. Uma vez havendo resistência às diversas tentativas de refutação, mantem-se o corpus teórico da ciência. Kuhn contrapõe-se a este pensamento, ao estabelecer a ideia de paradigmas, enfatizando o caráter sociológico da produção científica (GARCIA, 2012).

Um dos elementos fundamentais de sua obra é a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso da ciência, onde uma revolução implica no abandono de determinada estrutura teórica e sua conseqüente substituição por outra, incompatível com esta. Outro elemento é a importância dada ao papel desempenhado pelas características sociológicas das comunidades científicas. Kuhn irá elaborar um quadro progressivo da ciência, na tese de que o desenvolvimento típico de uma disciplina científica se dá ao longo

da seguinte estrutura aberta: fase pré-paradigmática -> ciência normal -> crise -> revolução -> nova ciência normal -> nova crise (CHALMERS, 1993).

O conjunto de atividades desarticuladas e dispersas que antecede a formação de uma ciência se torna estruturada e dirigida quando a comunidade de cientistas se articula em torno de um único *paradigma*. Este é formado por um conjunto de suposições teóricas gerais, leis e técnicas para sua aplicação utilizadas por uma comunidade científica específica. Aqueles que trabalham dentro de um paradigma produzem *ciência normal*, o qual lhes apresenta um conjunto de problemas definidos pelos métodos que acreditam ser suficientemente adequado para a sua solução. Sua tarefa é articular e desenvolver o paradigma. Este pode vir a entrar num estado de *crise* caso as inevitáveis dificuldades e tentativas de falsificação fugirem ao controle de seus adeptos (CHALMERS, 1993).

A resolução da crise se dá quando surge um paradigma inteiramente novo que é aderido por cada vez mais cientistas. Quando o paradigma anterior (problemático e limitado) é abandonado pela comunidade científica temos uma *revolução científica*. Kuhn salienta que caso o cientista normal culpe o paradigma pelos seus insucessos na resolução dos problemas, estará aberto às mesmas acusações de um carpinteiro que cula suas próprias ferramentas. Anomalias e dificuldades sempre existirão. As anomalias serão consideradas sérias se atacarem os fundamentos de um paradigma de tal modo que resista às tentativas de remoção por parte dos cientistas normais. As anomalias serão também consideradas sérias caso configurem necessidades sociais urgentes (CHALMERS, 1993).

A repercussão da obra foi tamanha que o levou a escrever, em 1969, um posfácio de A Estrutura das Revoluções Científicas. Tal escrito tem por objetivo rebater as críticas dirigidas. Dentre elas, podemos elencar o irracionalismo, a polêmica entre a “incomensurabilidade” dos paradigmas e a impossibilidade de crítica do cientista normal ao paradigma. Nele, alguns dos seus pontos de vista são, em alguma medida, refinados e modificados. O grande mérito do texto é o melhor esclarecimento e a síntese relativa às definições de paradigma e comunidade científica. De acordo com o autor:

Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma (...) uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. (...) O resultado disso é que os membros de uma comunidade científica veem a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de objetivos comuns, que incluem o treino de seus sucessores. (...) Os

paradigmas são algo compartilhado pelos membros de tais comunidades. (KUHN, 1998, p. 220-222, sublinhado no original).

Para não nos limitarmos a uma mera descrição das produções até aqui expostas, trataremos de ponderar, de modo introdutório, algumas críticas pertinentes e necessárias. Em primeiro lugar, as chamadas tradições estáticas da epistemologia das Ciências Sociais têm em comum um componente essencial: o reducionismo na análise da demarcação entre o que pode e o que não pode ser considerado ciência. Tal redução se dá, no caso dos positivistas lógicos, à questão da linguagem e da verificação empírica dos fenômenos. Já em Popper, temos a inversão apenas do princípio, mas da lógica positivista em sua essência: são ocultadas as determinações históricas, sociais e as condições de possibilidade do conhecimento científico se resumem aos critérios estabelecidos pelos cientistas.

Contudo, podemos também encontrar alguns limites no arcabouço intelectual do escritor de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Thomas Kuhn: no citado texto ele busca a todo custo proclamar uma autonomia da ciência frente às demais formas de conhecimento e também cai num reducionismo, em especial com sua concepção fechada de paradigma. Ademais, sua conclusão segundo a qual o cientista normal não deve adotar uma postura crítica frente ao paradigma revela uma posição conservadora frente à realidade concreta, que se expande e vai além da atividade científica. Por mais que recorra a exemplos históricos, este pensador ignora que a história e a ciência são produções humanas, fruto de contradições e conflitos sociais e não a mera adequação e internalização deste ou daquele paradigma.

Essas críticas iniciais serão mais bem explicitadas quando da última parte do trabalho, onde serão expostos com mais afinco os vínculos entre intelectuais, aprofundamento da divisão social do trabalho e reprodução das relações sociais capitalistas. Agora, passaremos à discussão entre ciência e não-ciência, tendo como fio condutor as noções e categorias expostas a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

3. Ciência x não-ciência: uma abordagem marxista

O procedimento aqui adotado para dar conta da relação entre a Sociologia e a sociedade moderna percorrerá o seguinte itinerário: trataremos de definir a Sociologia partindo da definição de seus elementos fundamentais, a ciência que tem por objetivo estudar a sociedade. Para isso, faremos a devida definição do que entendemos por ciência e sociedade, bem como discorreremos de modo breve sobre as distinções entre ciência e senso comum, tendo como fio condutor o desenvolvimento das relações sociais que fundamentam

a sociedade moderna. Após, faremos uma breve descrição do conjunto de transformações sociais que possibilitou o surgimento da Sociologia na Modernidade, a saber: a vitória da burguesia contra a nobreza feudal e o clero através da consolidação do modo de produção capitalista, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o processo de mercantilização e burocratização do conjunto das relações sociais.

A definição preliminar da Sociologia que iremos aqui expor é a seguinte: a Sociologia é a “ciência da sociedade.” Antes de tudo, as definições carregam consigo o fato de serem insuficientes, uma vez que no mundo dos conceitos e teorias (o que distingue o significado desta ciência como um mero verbete de um dicionário de línguas) as definições remetem à necessidade de explicações complementares e discussões complexas, que guardam íntima relação com outros conceitos e diversos fenômenos sociais.

Partindo da definição preliminar acima empregada, há a necessidade de definir o que se entende por ciência e por sociedade. Em que pese os termos aqui definidos sejam polissêmicos e carreguem consigo o fato de serem expressões de perspectiva de determinada classe social (a linguagem não é “neutra”: é mais uma expressão da luta de classes e é perpassada pelos conflitos sociais), iremos definir ciência e sociedade, bem como faremos as exposições já elencadas (distinção entre ciência e senso comum e a delimitação da Sociologia como uma ciência particular) tendo como aporte teórico os argumentos expostos pelo sociólogo marxista Nildo Viana em sua obra *Introdução à Sociologia*.

A ciência pode ser entendida como um saber sistemático, metódico e empírico. O caráter sistemático da ciência se explica pelo fato de ser organizado, coerente e estruturado. Já o elemento metódico faz menção ao fato de se tratar de um método, ou seja, um conjunto de preceitos, noções, categorias e termos que conformam um instrumento mental que possibilita analisar a realidade. Já o fato de ser um saber empírico diz respeito à fundamentação na realidade concreta, empírica, ou como diriam alguns, aos fatos acessíveis pela experiência (VIANA, 2006).

Além dos pressupostos acima aludidos, a ciência é formada por dois outros elementos essenciais, os quais são muito polêmicos e já foram criticados por diversos cientistas, muito embora com ambiguidades. São estes a objetividade e a neutralidade. A neutralidade se caracterizaria como a não interferência dos valores, concepções religiosas, políticas etc., do cientista em sua produção intelectual. Para expor com precisão nosso ponto de vista acerca da questão, seremos enfáticos: para nós a neutralidade é algo impossível, uma

vez que embora o cientista possa concretamente em alguns casos abandonar, ou não se deixar influenciar por certos valores e concepções próprias, os valores fundamentais e os elementos que constituem sua mentalidade não podem ser fantásticamente abolidos neste processo (VIANA, 2006).

Os seres humanos são, por sua constituição histórico-social advinda de seu processo histórico de vida, seres valorativos: a todo instante efetuam determinadas escolhas, seleções e preferências, simpatias ou mesmo desvalorando determinadas coisas, fenômenos, pessoas, relações, sentimentos, etc. Isso implica dizer que os valores constituem a essência dos seres humanos, aquilo que estes entendem como útil, interessante ou mesmo significativo.

Ademais, para além da impossibilidade da neutralidade, há que se pontuar que esta deve ser devidamente discutida e contextualizada. Não restam dúvidas de que determinados valores, interesses e concepções são obstáculos para a compreensão da realidade social, uma vez que dela somos simultaneamente produtores e reprodutores. Mas isso não se aplica a todos os valores (VIANA, 2006). O preconceito de sexo, por exemplo, tende a prejudicar uma análise sobre a dinâmica da violência contra a mulher e suas distintas origens sociais e o papel ocupado na divisão social do trabalho.

De outro lado, não há como negar que o princípio da honestidade intelectual e compromisso com a busca da verdade acima de quaisquer interesses pessoais ou financeiros por parte do pesquisador é benéfico para a produção científica. Desta forma, resta comprovado que, além da neutralidade ser impossível, o que realmente importa discutir é quais os valores estão por detrás de determinadas pesquisas científicas, bem como quais prejudicam ou contribuem para que o pesquisador se aproxime efetivamente da verdade (VIANA, 2006).

Agora passemos à questão da objetividade. Esta pode ser compreendida como sendo a adequação da ideia científica à realidade objetiva, ou seja, a subsunção de um modelo desenvolvido pelo pesquisador à concretude do conjunto das relações sociais. A objetividade, do mesmo modo que a neutralidade, trata-se de uma pretensão, uma ambição e uma intenção por parte dos cientistas. Seu grau de realização não é garantido somente por se constituir enquanto saber científico. Determinada concepção científica pode ser totalmente falsa ou parcialmente falsa, bem como, em casos raros, pode ser verdadeira (VIANA, 2006). Isso significa que não basta que o discurso seja científico para que automaticamente seja garantido como verdadeiro. Os exemplos históricos da eugenia e a da

craniometria, dentre outros procedimentos elaborados pela ciência e nela fundamentados reforçam esta afirmação.

Resta evidente que, conforme o até aqui exposto sobre a ciência, esta se trata de uma forma de saber diferente de outras, tais como a Filosofia e a Teologia. Contudo, a oposição que até hoje em dia é retomada e foi constituída pelo discurso científico, com surgimento no pensamento do sociólogo Émile Durkheim e diversos outros cientistas, sendo reforçada pelo epistemólogo (a epistemologia é considerada a teoria da ciência, a teoria do conhecimento, a ciência da ciência, entre outras definições) Gaston Bachelard, é aquela entre ciência e “senso comum”. Embora tais posições hoje em dia sejam alvo de inúmeras críticas, ao mesmo tempo são dominantes no imaginário de diversos sociólogos e estudantes de Ciências Sociais. Segundo estes dois pensadores, há uma ruptura evidente entre estas duas formas de saber. A ciência é uma forma de saber sistemático, organizado, coerente, maduro, neutro, verdadeiro (objetivo), dentre outras características; ao passo que o senso comum trata de um saber desarticulado, incoerente, valorativo, marcado pelo erro (VIANA, 2006).

Para expressar com maior precisão nossa posição a respeito deste tema tão candente e que abrange as preocupações de diversos pensadores e cientistas sociais, destacamos aqui o seguinte excerto:

Na verdade, o discurso científico não é objetivo por si mesmo nem o saber comum, as representações cotidianas, ou o “senso comum”, segundo linguagem tradicional, é sempre falso, bem como as fronteiras entre ambos nem sempre foram tão nítidas, já que o discurso científico não é científico em sua totalidade (assim como não existe um mundo puro de conceitos, construtos e termos técnicos) nem o senso comum é sempre incoerente. De qualquer forma, existe a diferença entre a ciência e as representações cotidianas. Podemos ilustrar essa diferença valendo-nos da diferença entre pensamento simples e complexo. As representações cotidianas (senso comum) são formas de pensamento simples, produzidas na vida cotidiana, e que não fornece explicações aprofundadas e embasadas (em métodos, técnicas, etc., isto é, não são produtos de pesquisa) ao passo que o pensamento científico é complexo, organizado sistematicamente, metodicamente, tendo por base um conjunto de informações retiradas da realidade empírica. Esta distinção ajuda a compreender o significado do conceito de ciência, embora não deva levar ao equívoco da concepção de Durkheim, Bachelard e outros a ponto de opor um ao outro, como se opõe o erro e a verdade. (VIANA, 2006, p. 11).

A partir de agora, iremos realizar a devida distinção entre a ciência em geral e as ciências particulares. Nossa definição de ciência, bem como a discussão entre as distinções entre o pensamento complexo (do qual a ciência é uma expressão) e pensamento simples (o chamado “senso comum”) se deu tendo por fio condutor o conceito de ciência em geral, isto é, que se pode aplicar a todas as ciências, das naturais às humanas. Contudo, para que avancemos no sentido de elaborar uma definição mais precisa sobre a Sociologia, faz-se

necessário avançar e definir o que se entende por ciência particular, termo que ajuda a compreender a especificidades desta em contraposição à noção geral das ciências. Assim, temos que cada ciência particular

(...) deve conter em si todos os elementos característicos da ciência geral, todos os elementos que a definem, mas também deve possuir uma singularidade, uma particularidade. Tal singularidade que deve estar presente numa ciência particular ocorre quando ela delimita um objeto próprio, diferente dos demais, bem como expõe os seus métodos de pesquisa. Assim, cada ciência particular busca construir seu próprio objeto de pesquisa e produz os procedimentos metodológicos adequados para realizar a pesquisa. (VIANA, 2006, p. 12).

As definições acima apresentadas a respeito das condições de possibilidades para o surgimento de uma ciência particular, seu objeto de estudo e procedimentos metodológicos nos permitem avançar no sentido de definir o segundo elemento que caracteriza a definição mais corrente do que vem a ser a Sociologia: “a ciência da sociedade”. Como já expusemos, o termo sociedade é polissêmico, ou seja, traz consigo a perspectiva expressa por cada autor que se dedicou a definir ou conceituar “o que é sociedade”. Assim, não há um consenso entre cientistas sociais e demais pensadores e pesquisadores sobre essa definição. Buscaremos aqui apontar para uma definição que abarca diversas concepções e tem por finalidade delimitar o campo de estudo da Sociologia.

Podemos definir a sociedade como o conjunto das relações sociais em determinado território e momento histórico. Desta maneira, há como falar em sociedade brasileira, sociedade burguesa, sociedade escravista colonial, dentre outras formas de sociedade. Assim sendo, deve-se acrescentar o fato de que a Sociologia, por ser produto da consolidação do modo de produção capitalista, não estuda todas as formas de sociedades humanas que existiram ao longo da história da humanidade. Esta ciência tem um objeto de estudo delimitado: a sociedade moderna, capitalista (VIANA, 2006).

Sem dúvida, os sociólogos clássicos e os demais que se dedicaram ao estudo de outras sociedades o fizeram tendo como necessidade partir das conclusões tiradas deste procedimento, para com isso justificar sua tentativa de explicar a sociedade burguesa, a sociedade atual. Suas obras têm como fundamento fornecer os elementos que contribuam para a efetiva compreensão desta forma de sociedade, com o intuito de desenvolver seus arcabouços metodológicos, seja o método comparativo (Durkheim), a constituição histórica do capitalismo (Marx) ou a busca de elementos societários que pudessem ser generalizados a todas as sociedades (Elias).

O aprofundamento da divisão capitalista do trabalho intelectual proporciona o aumento da especialização. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da Sociologia faz com que esta disciplina passe a se subdividir em diversas “sociologias”, as chamadas “sociologias especiais”, que se dedicam a estudar fenômenos sociais mais específicos. Este é o caso da sociologia urbana, rural, da educação, da arte, bem como suas subdivisões internas.

A formação da sociedade moderna é marcada pela expansão comercial e pela chamada “acumulação primitiva de capital”, realizada por diversos meios, especialmente o sistema colonial (VIANA, 2006). A desagregação da velha ordem feudal, com suas relações de produção fundadas na servidão e com o enorme poder do clero e privilégios da nobreza, é realizada na constituição da sociedade capitalista através da vitória da burguesia nascente, expressa na Revolução Industrial e na Revolução Francesa.

Esta vitória inaugura a constituição de novas classes sociais, novas relações de produção e sociais. Tais transformações (novas relações estabelecidas entre os seres humanos na produção dos meios necessários à vida) vêm acompanhadas por um conjunto de mudanças nos valores, na mentalidade e na cultura (VIANA, 2006). As mencionadas revoluções consolidam o processo de industrialização, expressando a constituição da burguesia como nova classe dominante e dirigente. Há o acirramento dos conflitos sociais que, por conseguinte, expressam uma nova correlação de forças: ao invés da luta contra a nobreza, aristocracia e clero, há o enfrentamento das novas classes exploradas (campesinato e proletariado) contra a classe exploradora nascente: os capitalistas.

Dentre as determinações que forneceram as condições de possibilidade para o surgimento histórico e posterior consolidação da Sociologia, podemos elencar as seguintes: a) incentivo e aumento do desenvolvimento científico e tecnológico via produção capitalista de mercadorias; b) consolidação e hegemonia do capital industrial, que ocorreu após o incentivo do capital comercial e a expansão das fronteiras, o que significou a generalização e universalização da mercantilização das relações sociais; c) o surgimento de novas concepções filosóficas, tais como o pensamento de René Descartes e Francis Bacon; d) o nascimento das ciências naturais (que viriam a exercer uma enorme influência nos primeiros sociólogos), com as revoluções de Copérnico e Galileu, que aliadas ao posterior movimento Iluminista (expresso nas obras de Rousseau, Montesquieu, Diderot, Locke e outros) expressaram o fortalecimento na luta contra os preceitos e ideias do clero, fazendo frente ao

pensamento teológico e filosófico ao defender a razão e a autonomia do indivíduo e o combate às trevas através do “otimismo” das luzes. Como bem expressa Viana:

Assim, as novas relações sociais e as novas necessidades sociais que lhes acompanha são fundamentais para explicar a emergência da Sociologia no século 19. Uma dessas novas necessidades é a da racionalização e burocratização das instituições, a começar pelo próprio Estado moderno. Os novos conflitos sociais gerados a partir das revoluções burguesas, agora entre burguesia e proletariado nascente, também produzem a necessidade de maior controle social e maior informação e conhecimento da realidade social. A partir do século 19, o surgimento das universidades modernas e a oposição criada entre Filosofia e ciência natural marcam o processo de nascimento da Sociologia. (VIANA, 2006, p.17).

Sobre os vínculos estabelecidos entre o surgimento desta ciência particular (Sociologia), as determinações histórico-sociais que lhe são próprias e os demais aspectos ligados à totalidade das relações sociais, Viana assim se posiciona:

Cada ciência particular teve determinações específicas para o seu surgimento e isso também se aplica à Sociologia. **Podemos dizer que a Sociologia foi produzida como resultado das revoluções burguesas, destacando-se a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, e das mudanças culturais, especialmente as relacionadas com o desenvolvimento das ciências naturais e sua institucionalização (nascimento das universidades modernas) e pela emergência das lutas operárias, expressa tanto nas ideias reformista e socialistas e na formação de suas organizações (sindicatos, partidos) e ações.**” (VIANA, 2006, p. 18, grifos nossos).

Podemos através desta digressão estabelecer o vínculo real havido entre a complexificação da divisão social do trabalho intelectual no capitalismo, a emergência e consolidação da sociedade capitalista e as transformações culturais dela decorrentes como determinações históricas e sociais para o surgimento e consolidação das ciências, em especial da Sociologia e suas subdisciplinas. Contudo, falta ainda especificar o que caracteriza a existência de uma classe social que produz e reproduz de forma mais ou menos complexa o conjunto de falsa consciência sistematizada, bem como quais seus vínculos, interesses, mentalidade e perspectiva: nos referimos à intelectualidade, classe social auxiliar da burguesia e produtora de ideologias. Essa será a parte final de nossa jornada.

4. Considerações finais: a intelectualidade como classe social auxiliar da burguesia

Até aqui nos limitamos a discutir e descrever sinteticamente três das grandes tradicionais intelectuais das Ciências Sociais, em especial da Epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento. A discussão posterior serviu para efetuar a demarcação entre a ciência e os saberes não científicos, a partir das contribuições do

materialismo histórico-dialético. No entanto, precisamos evidenciar os agentes reais da produção de conhecimento, além de explicar de modo mais preciso quem são os intelectuais e quais suas tarefas no seio da sociedade de classes.

Desde já, não faremos uma exaustiva discussão acerca das distintas concepções e perspectivas de classe manifestas nos diversos escritos sobre a intelectualidade¹. Buscaremos, fundamentalmente esboçar e contribuir para a divulgação de uma concepção marxista da intelectualidade e dos intelectuais, com o intuito de contribuir para um estudo mais profundo, o qual redunde numa teoria da intelectualidade.

Sendo assim, perguntas fundamentais devem ser respondidas: a) O que é a intelectualidade? b) É possível identifica-la como uma classe social? c) Qual seu papel na sociedade capitalista? A partir do marxismo, temos o pressuposto segundo o qual é o modo de produção da vida material é o que condiciona a produção das ideias, representações e pensamentos dos indivíduos. Por conseguinte, o desenvolvimento das sociedades humanas se dá através do trabalho e da sociabilidade; neste sentido, consciência nada mais é que o ser consciente, seu processo real de vida, sua relação com aquilo que os rodeia, sendo produto direto das relações que os seres humanos necessariamente estabelecem para produzir e reproduzir seus meios de vida (MARX & ENGELS, 2004).

Ocorre que, com a constituição das sociedades de classes a produção e reprodução social dos meios de vida é mediada por uma relação social específica: a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual se expande e se complexifica simultaneamente ao desenvolvimento dos modos de produção classistas, assumindo sua forma acabada no capitalismo, no qual este processo se generaliza para o conjunto da vida social. A este respeito, convém retomar as palavras de Marx & Engels em *A Ideologia Alemã*:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar *realmente* alguma coisa sem representar nada de real – a partir deste momento, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras”. E mesmo quando estas teorias, teologia, filosofia, moral, etc., entram em contradição com as relações vigentes, isso só pode acontecer pelo fato de as relações sociais vigentes terem entrado em contradição com a força de produção existente (...) com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não

¹ Para tanto, cf. MARQUES, 2013 e VIANA, 2012.

caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho. (MARX & ENGELS, 2004, p. 35-36, grifos no original).

Deste modo, é somente com a separação entre o trabalho intelectual (aquele que privilegia a elaboração e direção em detrimento da execução: nas sociedades de classes tal atividade é supervalorada) e o trabalho manual (centrada na execução daquilo que é por outros planejado, sendo sua efetivação desvalorada e subestimada) que são dadas as condições reais para o aparecimento da produção de falsa consciência sistematizada, de produção ideológica. Contudo, este processo não paira por sob nossas cabeças: ele é, antes de mais nada, produto da atividade de indivíduos reais, vivos, históricos e concretos. A primeira forma de ideólogos (intelectuais) surge na sociedade escravista antiga; seu desenvolvimento e coincidência se dão com a atividade dos padres na sociedade feudal. Na sociedade burguesa, devido ao incremento da divisão do trabalho, surge uma classe específica, dedicada a um trabalho especializado e restrito à forma intelectual.

A classe dominante em nossa sociedade é a burguesia. Sua relação com a outra classe fundamental deste modo de produção (o proletariado) se dá através da extração de mais-valor: os capitalistas exploram os proletários, na forma específica de extração de mais-trabalho que se dá na forma do mais-valor. Neste sentido, a dinâmica estabelecida entre estas duas classes, sendo o capital uma relação social de exploração, se expande e se generaliza para o conjunto das demais relações produzidas e reproduzidas nesta organização social. Neste sentido, a divisão social do trabalho fixa a atividade social dos indivíduos, consolidando-se como uma força exterior, a qual escapa ao seu controle e frustra suas expectativas (MARX & ENGELS, 2004). Para reproduzir e tornar regulares as relações de produção burguesas, os capitalistas necessitam de um conjunto de pensamentos complexos que garantam a dominação, exploração e alienação das atividades humanas:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em todas a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são

as ideias dominantes da época. (...) A divisão do trabalho, que já atrás encontramos como uma das principais forças da História até nossos dias, manifesta-se agora também na classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, pelo que no seio desta classe uma parte surge como os pensadores ativos desta classe (os ideólogos conceptivos ativos da mesma, os quais fazem da formação da ilusão desta classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento), ao passo que os outros têm uma atitude mais passiva em relação a estas ideias e ilusões, pois que na realidade são eles os membros ativos desta classe e têm menos tempo para criar ilusões e ideias sobre si próprios. (MARX & ENGELS, 2004, p. 56-57 grifos no original).

Neste sentido, é possível concluir que a classe dominante precisa, para manter sua condição privilegiada, do auxílio de determinadas classes, as quais com seu trabalho são muito bem remuneradas e, para tanto, possuem um modo de vida que, no caso de suas frações superiores, é muito semelhante ao da burguesia. A partir da concepção marxista das classes sociais, podemos elencar três elementos fundamentais: a) situação (modo de atividade, modo de vida comum, os quais geram costumes, representações, valores, mentalidade, etc., também comuns); b) relação com as demais classes (seja de oposição, aliança, antagonismo ou luta no interior de suas distintas frações); c) interesses (os quais podem ou não ser antagônicos a de outras classes e frações de classes, o que não significa que não possam haver oposições de interesses no interior de uma mesma classe). O mais importante aqui é que tais elementos não são estáticos, mas sim sociais, históricos e envolvidos numa totalidade concreta. Por conta disso, a partir da luta e dos interesses manifestos em cada situação, há a tendência de passagem de uma classe determinada (que manifesta seus interesses imediatos e se encontra submetida ao conjunto das relações sociais dominantes de um determinado modo de produção) para uma classe autodeterminada (manifestando seus interesses históricos e travando um enfrentamento direto ao conjunto das relações sociais e de produção as quais está submetida); bem entendido que aqui se tratam de tendências, ou seja, de movimentos históricos que podem ou não expressar distintos processos que somente podem ser realizados dentro de cada contexto histórico específico (MAIA, 2011; VIANA, 2012).

Deste modo, podemos definir a intelectualidade como uma classe social não-proprietária, assalariada e improdutiva. Isso porque ele não detém meios de produção e reprodução da vida material, recebe salários e não produz valor, ou seja, uma determinada quantidade de trabalho humano socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria (MARX, 1989). Todo o trabalhador produtivo é um trabalhador assalariado, mas nem todo o trabalhador assalariado é um trabalhador produtivo (MARX, 1986). Muito

embora o trabalho intelectual seja mercantilizado, assumindo a forma mercadoria, este não repassa e nem agrega valor aos produtos. Com o aumento da divisão social do trabalho temos o aumento das classes sociais e das frações de classes: isso significa dizer que as classes sociais não formam um bloco homogêneo. Assim, no seio da intelectualidade, temos uma ramificação que na realidade manifesta as lutas e disputas no seio desta classe. O relacionamento da intelectualidade com as classes privilegiadas é de aliança e, em determinados momentos, de enfrentamento e oposição. Devido ao seu caráter de dependência material da burguesia, os intelectuais recebem seus salários a partir da repartição do mais-valor global extraído do proletariado. Seus interesses imediatos enquanto classe são de conservar sua posição privilegiada, ora se aliando à burocracia ora defendendo mais explicitamente a burguesia (VIANA, 2012).

Estabelecendo a necessária relação entre o que foi analisado na primeira parte de nossa discussão e o percurso até aqui percorrido, não restam dúvidas de que as três tradições intelectuais analisadas possuem uma essência inextrincável: buscam autonomizar a produção intelectual e, por conseguinte, a própria existência da classe intelectual do conjunto da sociedade burguesa. A autoavaliação da ciência, seus status de conhecimento verdadeiro e a crítica às explicações totalizantes também permeia estas produções: Popper e o Círculo de Viena se limitam à consciência e as relações sociais imediatas; Kuhn trata a ciência e os cientistas como sacerdotes, os quais detêm o monopólio e conciliam entre si o que entendem por conhecimento científico. A autoavaliação da ciência é uma das formas reais de autoavaliação do trabalho dos intelectuais, (os especialistas do trabalho intelectual) e dos interesses da intelectualidade, classe social auxiliar da burguesia. Todos os autores citados no campo das Ciências Sociais não partem dos indivíduos reais, históricos, das relações entre as classes, os conflitos, tendência e possibilidades advindas de sua dinâmica. Pelo contrário: buscam erigir um modelo de pensamento arbitrário ao definir o que é ciência e o que não seria ciência, os quais a partir daí são aplicados ao real. Todos, por conseguinte, são positivistas (VIANA, 1997).

Assim, tanto os membros do Círculo de Viena, quanto Karl Popper e Thomas Kuhn disputavam a condição de **intelectuais hegemônicos**: aqueles que, no seio da esfera social intelectual, expressam a maior autonomia da intelectualidade como classe social, explicitando seu caráter como auxiliar da burguesia, a qual busca se autonomizar e manter sua posição privilegiada no interior da sociedade moderna (VIANA, 2015). Sendo a ciência

a forma dominante do pensamento complexo sistematizado na falsa consciência, esta só pode ser produzida com base na divisão cada vez mais crescente do trabalho intelectual.

A disputa em torno da “validade do conhecimento” revela a total hegemonia e os limites intransponíveis da consciência burguesa, sendo um dos graves empecilhos e obstáculos para uma consciência correta da realidade: o produto da atividade dos intelectuais fornece um sem-número de ideologias, as quais podem ser compradas, vendidas e são financiadas pelo grande capital: nunca é demais recordar, para citar um exemplo bem caro, dos vínculos entre Karl Popper e o estado britânico.

Contudo, há no seio da intelectualidade, de forma bastante marginal, um restrito número de indivíduos que devido ao seu processo histórico de vida, ligação maior e mais próxima das classes exploradas (muitos destes ascendem socialmente, mas mantém sua origem, valores, interesses e sentimentos oriundos das classes desprivilegiadas) buscam combater a produção de ideologias; como bem lembra Marx, a existência de ideias revolucionárias em determinada formação social fundada nas classes sociais pressupõe a existência de uma classe revolucionária (MARX & ENGELS, 2004).

A crítica à ciência e às demais formas de pensamento complexo vinculadas à manutenção, reprodução, naturalização e regularização das relações sociais e de produção capitalistas só pode ser efetivada através da luta cultural contra a hegemonia burguesa, produto direto da ação real e do trabalho dos intelectuais (ideologias). A ciência é a principal forma de pensamento complexo a serviço do capital. Neste sentido, torna-se um dever da intelectualidade negar a possibilidade real de transformação radical do conjunto das relações sociais. Por ser uma classe social auxiliar da burguesia ela possui horror à autogestão social, pois numa sociedade comunista sua existência cessaria, uma vez que as relações sociais de exploração, alienação e dominação serão substituídas pelo autogoverno dos produtores livremente associados. Numa palavra: a crítica radical da ciência está na ordem do dia para a trincheira da luta de classes em sua forma cultural, encampada pelos intelectuais revolucionários, os quais efetivam a denúncia e os vínculos havidos entre os interesses da intelectualidade e a sobrevivência do capitalismo.

Porém, os intelectuais revolucionários, através da luta cultural manifestam os interesses históricos do proletariado enquanto classe autodeterminada, quando esta por meio da autogestão de suas lutas combate de forma direta e radical a sociedade do capital e, ao mesmo tempo, esboça o embrião da futura organização social comunista, autogerida. No que

tange à complexa relação entre os intelectuais revolucionários e o conjunto da intelectualidade, tomamos como referência as palavras de Marques:

A questão é que para o proletariado a crítica desapiedada do existente deve ser um trabalho constante, e nesta deve ser incluída a sua própria concepção, valores e posição de classe. Um intelectual, devido a sua própria posição social, sua relação com o modo de produção dominante, possui características semelhantes ao proletariado, ser assalariado, por exemplo, mas não é integrante do proletariado, por desenvolver um trabalho improdutivo, no sentido marxista, aquele que não produz mais-valor. Assim, retira seu salário se apropriando de parte do mais-valor extraído do proletariado. Mas, como já expressamos, sendo integrante da intelectualidade, não faz dele um defensor desta classe. Desta forma, a auto-crítica deve perpassar sua concepção. A superação da intelectualidade e a emancipação humana deve ser o fim desejado em sua luta. Assim, um dos papéis fundamentais dos intelectuais revolucionários é colocar a luta cultural como questão fundamental em suas ações, cujo objetivo final "trata-se de derrubar o existente" (Marx, 2007, p.46), revelar o lado burguês da própria intelectualidade e, ao lado disso, empreender pesquisas constantes que expresse o processo de desenvolvimento da luta do proletariado revolucionário. Desta forma as falsas ideias poderão ser reveladas e em seu lugar surgirão novas ideias e concepções que expressem as relações sociais reais, bem como, a questão fundamental da sociedade de classes, o modo de produção, a partir do qual emergem as expressões jurídicas existentes na sociedade. (...) enquanto a intelectualidade produz em auxílio à burguesia, os intelectuais revolucionários instituíram a luta cultural, produzindo em auxílio à classe operária. Assim, a luta de classes estabelecida no âmbito das unidades de produção vai se expressar no âmbito da produção cultural, estabelecendo concomitantemente, a luta cultural. (MARQUES, 2013, p.32).

Por fim, cumpre ressaltar que as produções intelectuais comprometidas com a emancipação humana devem se empenhar no combate sistemático e coerente da ciência em todas as suas manifestações. Isso porque os cientistas buscam em sua atividade conservar o mundo burguês sob disputas aparentes, que visam autonomizar suas fantasias ideológicas e esconder seus reais interesses. Os intelectuais revolucionários, ao contrário, sabem que sua luta só torna uma força efetivamente material com a sua apreensão real pelo movimento e luta do proletariado no seu processo de combate direto ao capital e embrião da sociedade sem classes: a libertação do pensamento intelectual dominante só pode ser a superação de uma sociedade fundada na existência de uma classe dominante, cujo desaparecimento será a superação da divisão social do trabalho via autoemancipação humana fundada na autogestão social.

Referências bibliográficas

CHALMERS, Alan F. *Teorias como estrutura: os paradigmas de Kuhn*. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

GARCIA, Janaina Pires. *Embates teórico-filosóficos entre Thomas Kuhn e Karl Popper: como pensar a atividade científica hoje*. Disponível em

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0096.html> Acesso em 25 de abril de 2017.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MAIA, Lucas. *As Classes Sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2011.

MARQUES, Edmilson. *Intelectuais e Luta Cultural*. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro (orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. I. 13ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo e Teses sobre Feurbach*. 7ª Edição. São Paulo: Centauro, 2004.

PEPE, Dunia. *O Círculo Filosófico de Viena*. In: DE MASI, Domenico (org.). *A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

POPPER, Karl R. *Conjecturas e refutações*. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*.

2ª Ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *As Esferas Sociais: A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.